



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Sul - Núcleo de Apoio Regional Poços de Caldas

Parecer nº 35/IEF/NAR POÇOS DE CALDAS/2023

PROCESSO Nº 2100.01.0003591/2023-49

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: ATR Guaxupé Empreendimentos Imobiliários S/A Ltda CPF/CNPJ: 40.001.226/0001-21
 Endereço: Via San Michele nº 161 Bairro: Província de Lucca
 Município: Lavras UF: MG CEP: 37.205-012
 Telefone: (35) 9.9971-2599 E-mail: meioambiente@grupoatr.com.br

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

() Sim, ir para o item 3 (X) Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: Felipe Nery Monteiro da Siva e outros CPF/CNPJ: 100.503.928-45
 Endereço: Fazenda Consulta Bairro: zona rural
 Município: Guaxupé UF: MG CEP: 37.800-000
 Telefone: (35) 9.9971-2599 E-mail: meioambiente@grupoatr.com.br

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Área 03 – Área de Preservação Permanente Área Total (ha): 10,5259 ha
 Registro nº: 35.926 Livro: 2 Folha: 01 Comarca: Guaxupé Município/UF: Guaxupé/MG

Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR):

Não se aplica (zona urbana)

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,3086	ha

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,3086	ha	23K	324.127	7.644.699

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
obras civis e sanitárias pluviais	Implantação de Dissipadores de energia de águas pluviais e tubulação de esgoto	0,3086

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Mata Atlântica	Pastagem		0,3086

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 06/02/2023

Data da vistoria: 04/09/2023

Data de emissão do parecer técnico: 26/09/2023

Trata-se de imóvel localizado no Perímetro urbano da cidade de Guaxupé, onde as intervenções estão relacionadas a empreendimento de parcelamento do solo que, pelo seu porte, foi enquadrado como LAS Cadastro, razão pela qual a regularização das intervenções estão sendo buscadas junto ao Órgão Ambiental ESTADUAL.

2. OBJETIVO

As Intervenções ambientais requeridas são tipificadas como Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em área de preservação permanente – APP, perfazendo 0,3086 ha e se destinam a receber a instalação de estruturas de dissipação de águas pluviais, assim como passagem de tubulação de

esgoto sanitário provenientes de empreendimento de parcelamento de solo urbano que está sendo implantado no entorno das APPs.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

Trata-se de Imóvel urbano com área de 01,5259 ha, constituído pelas APPs que circundam uma nascentes e o curso d'água que dela se origina.

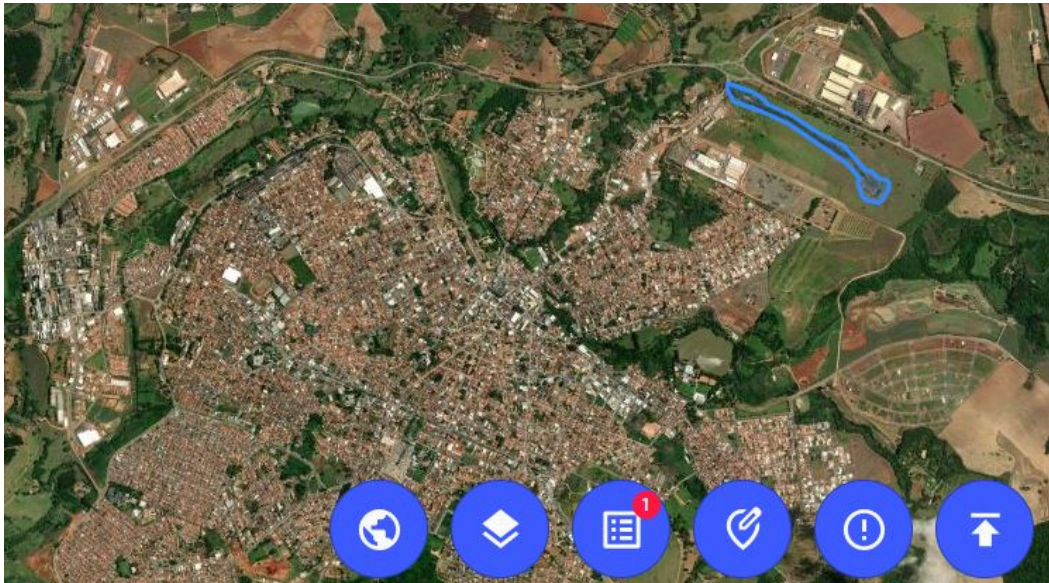


Figura 1- Imagem com delimitação do Imóvel no contexto da paisagem .

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

Não se aplica.

4. Intervenção ambiental requerida

A Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP requerida em área de 0,3086 se propõe a ocorrer em área de pastagem de capim braquiária e para a implantação de estrutura de dissipadores de energia cinética das águas pluviais em 7 pontos distintos, e passagem de rede esgotos.



Figura 2- Polígono do Imóvel e Pontos de Intervenção demarcados.

Taxa de Expediente: No Valor de R\$775,68 recolhido através dos DAEs nº 1401231197722 (R\$734,63) e 1401237467152(41,05) em 09/12/2022

Taxa florestal: Não se aplica

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: Não se aplica

4.1 Das eventuais restrições ambientais:1401231197722

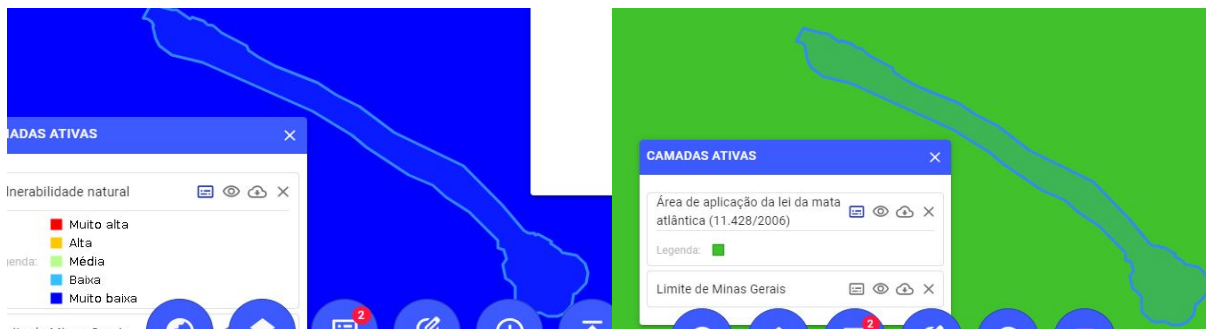
Segundo o ZEE-MG a propriedade está inserida em uma área de vulnerabilidade natural muito baixa e Média prioridade para conservação da flora.

Conforme critérios locacionais elegidos pela DN Copam nº 217/2017 a propriedade em questão:

- Está localizada parte fora e parte na área de TRANSIÇÃO da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica;
- Não está localizada em área de prioritária para a Conservação da biodiversidade (Biodiversitas);
- Não está localizada em Unidade de Conservação de Proteção Integral, nas hipóteses previstas em Lei;
- Não está localizada em zona de amortecimento de Unidade de Conservação de Proteção Integral, ou na faixa de 3 km do seu entorno quando não houver zona de amortecimento estabelecida por Plano de Manejo;
- Não está localizada em Unidade de Conservação de Uso Sustentável;
- Não está localizada em Corredor Ecológico formalmente instituído, conforme previsão legal;
- Não está localizada em áreas designadas como Sítios Ramsar;
- Não está localizada em área de drenagem a montante de trecho de curso d'água enquadrado em classe especial;
- Não ocorrerá captação de água superficial em Área de Conflito por uso de recursos hídricos;
- Não está localizada em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECav-ICMBio;
- Não há restrições quanto aos Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006 Figura 2 e 3
- Informações obtidas da Plataforma IDE/SISEMA



Figura 3 e 4 - Informações da Plataforma IDE (Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e Areas Prioritárias para Proteção da Biodiversidade/Biodiversitas)



Figuras 5 e 6- Informações da Plataforma IDE/SISEMA (Vulnerabilidade Natural e Mapa de Aplicação da Lei da Mata Atlântica)

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: E-04-01-4
- Atividades licenciadas: Loteamento do Solo Urbano
- Classe do empreendimento: 2
- Critério locacional: 0
- Modalidade de licenciamento: LAS/Cadastro
- Número do documento: 3306

OBS: Empreendimento em processo de implantação no imóvel vizinho, que é a razão de ser das intervenções requeridas.

4.3 Vistoria realizada:

A vistoria foi realizada em 04/09/2023 na companhia de representante dos empreendedores.

Na oportunidade foi verificado que:

- O empreendimento no imóvel vizinho está sendo implantado, que as faixas de APP está separadas por estrutura com manta bidin, onde o arruamento está aberto, as valas para colocação de tubulação estão em início de abertura;
- Á área do imóvel, consta de APP de uma nascente e das faixas marginais de um córrego que dela se origina e que a mesma se encontra intensamente antropizada, com o solo recoberto quase totalmente por capim braquiária, com ocorrência de pequenos fragmentos florestais com área de aproximadamente 0,20 ha, e o entorno da nascente começa a ser ocupado por regenerantes.



Figuras 6 e 7 -

Fotografias de áreas lindeiras ao imóvel separadas da faixa de APP por manta bidin.

4.3.1 Características físicas:

- **Topografia:** plana a levemente ondulada

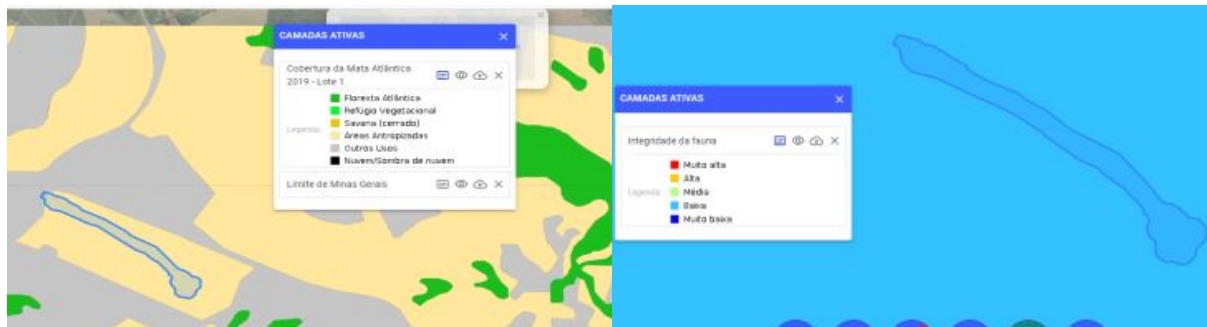
- **Solo:** Latossolo vermelho amarelo

- **Hidrografia:** O imóvel tem aproximadamente 1,80 ha de APP e contém uma nascente e um córrego que dele se origina. Está inserido na na Bacia do Rio Grande, na UGRH identificada como GD6- Sub Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi Guaçu e Pardo.

4.3.2 Características biológicas:

- **Vegetação:** O imóvel está situado no bioma Mata Atlântica no domínio da Floresta semidecídua. O imóvel é recoberto quase totalmente por vegetação de capim braquiária e contém um pequeno fragmentos de florestais.

- **Fauna:** O fato de extrema antropização da região do imóvel implica em baixa integridade da fauna, onde se observa apenas pássaros.



Figuras 8 e 9- Informações da Plataforma IDE/SISEMA (Cobertura florestal da Mata Atlântica 2019 e Integridade da Fauna)

4.4 Alternativa técnica e locacional: foi apresentado estudo atestando a inexistência de Alternativa Técnica/locacional para a instalação das estruturas em APP, donde se concluiu que, diante do levantamento topográfico do local de implantação do empreendimento e concepção do projeto de drenagem foram analisadas as características naturais de escoamento do terreno e a localização do emissário de esgoto da COPASA já existente, o que determinou as intervenções na área de preservação permanente como única alternativa viável para a viabilidade do empreendimento. o que atestamos e comprovamos em vistoria.

5. ANÁLISE TÉCNICA

Primeiramente deve ser frisado que as intervenções propostas tratam-se de Medidas Mitigadoras dos impactos ambientais advindos da implantação do empreendimento imobiliário à montante da área diretamente afetada.

Não se vislumbra a ocorrência de impactos ambientais danosos ao meio ambiente em decorrência das intervenções propostas, primeiro pelo fato de estarem pulverizados em 7 pontos, de tamanho minúsculo e sobretudo pelo fato de tratar de solos ocupados com capim braquiária, caracterizados como área de ocupação antrópica consolidada

Como compensação das intervenções ambientais aqui requeridas, foi proposta a realização, ao longo da própria área alvo das intervenções, na proporção 1x1, por meio da recuperação de 03 áreas, denominadas Área 01: 793,77 m²; Área 02: 2.109,58 m² e Área 03: 183,04m² com o plantio de espécies nativas, devidamente instruída no Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF.

Considerando que:

- as intervenções são de tamanho minúsculo;
- as áreas de intervenção se encontram totalmente antropizadas;
- as intervenções ocorrerão em curto espaço de tempo com baixa exposição do solo aos agentes de intemperismo;
- as intervenções se destinam a sanar impactos ambientais de empreendimento situado à montante;
- Embora as APPs sejam considerados espaços territoriais com restrição de uso é certo afirmar a INSIGNIFICÂNCIA das intervenções requeridas;

Este técnico se manifesta favoravelmente ao requerido.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

- Os impactos potenciais são aqueles relacionados à ocorrência de Processos erosivos e assoreamento do corpo hídrico. Para mitigar os mesmos o empreendedor deverá:

- Conservar as estradas de acesso à área, e observar possíveis processos iniciais de erosão, para evitar danos ao terreno;
- Reduzir ao máximo a movimentação de máquinas na área de intervenção, visando alterar o mínimo possível a estrutura física do solo;
- Executar a intervenção preferencialmente em períodos de pouca pluviosidade.
- Realizar o controle de drenagem para evitar possível carreamento de sólidos e a facilitação de processos erosivos;
- Retirar todo o material sobra de obra como madeiras de formas, restos de blocos de concreto, embalagens de cimento, cal, sobras de concreto ou qualquer outro material oriundo da obra;

6. CONTROLE PROCESSUAL

093/2023

6.1 Relatório

Foi requerida por **ATR Guaxupé Empreendimentos Imobiliários S/A Ltda.**, a intervenção em área de preservação permanente – APP sem supressão de vegetação, para a construção de estrutura de condução de águas pluviais através de dissipador de energia e para passagem da rede de esgoto para interligação ao emissário da COPASA, em área localizada em perímetro urbano do Município e Comarca de Guaxupé/MG, onde está registrada no CRI sob a Certidão de Matrícula nº 35.926.

Foi verificado o recolhimento da Taxa de Expediente (Doc. 60141876 / 60141877).

A atividade é classificada em Licenciamento Ambiental Simplificado LAS/Cadastro (Parecer, item 4.2).

Presente anuência do proprietário da área permitindo a intervenção à requerente (Doc. 60141855).

É o relatório, passo à análise.

6.2 Análise

Quanto ao mérito do pedido, existe previsão legal para a implantação de estrutura para a construção de sistema de condução de água e de efluentes tratados, *in casu*, o dissipador de energia de águas pluviais e a tubulação que interligará a rede de esgoto do loteamento ao emissário da COPASA, em APP, como se observa do art. 3º, III, b, da Lei 20.922/13, a saber:

Art. 3º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

III - atividade eventual ou de baixo impacto ambiental:

b) a implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a regularização do uso dos recursos hídricos ou da intervenção nos recursos hídricos;

(...)

Nesta senda, o mesmo diploma legal, no *caput* do art. 12, permite intervenções em Área de Preservação Permanente em casos de utilidade pública, interesse social e baixo impacto, senão vejamos:

Art. 12. A intervenção em APP poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente em casos de utilidade pública, interesse social ou atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, desde que devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio.

No mesmo sentido, estabelece o Decreto Estadual nº 47.749/2019, o qual dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal no âmbito do Estado de Minas Gerais, em seu Art. 17, a saber:

Art. 17. A intervenção ambiental em APP somente poderá ser autorizada nos casos de utilidade pública, de interesse social e de atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, devendo ser comprovada a inexistência de alternativa técnica e locacional.

O gestor do processo analisou, confirmou e aprovou o estudo de alternativa locacional apresentado pelo requerente, conforme se observa do item 4.4 do Parecer.

Quanto à autorização para a intervenção ambiental, o Decreto Estadual nº 47.749/2019, o qual dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal no âmbito do Estado de Minas Gerais, em seu art. 3º, inciso II, elenca como intervenção ambiental a “intervenção, com ou sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente - APP”, e define em seu art. 1º, que “as intervenções ambientais previstas neste decreto, em áreas de domínio público ou privado, dependerão de autorização prévia do órgão ambiental competente”.

6.2.1 Da Compensação Ambiental pela Intervenção em APP

A intervenção em APP, com ou sem supressão de vegetação nativa, fica condicionada à medida compensatória ambiental prevista na Resolução CONAMA nº 396/06 e no Decreto Estadual nº 47.749/19.

O requerente propõe a compensação ambiental pela intervenção, mediante a recuperação vegetacional numa Área de Preservação Permanente (APP) no mesmo imóvel da intervenção.

A proposta para a compensação ambiental pelas intervenções em Área de Preservação Permanente, ora em análise, está prevista no art. 5º, §2º, da Resolução CONAMA nº 369/06, conforme se observa, abaixo:

Art. 5º O órgão ambiental competente estabelecerá, previamente à emissão da autorização para a intervenção ou supressão de vegetação em APP, as medidas ecológicas, de caráter mitigador e compensatório, previstas no §4º, do art. 4º, da Lei no 4.771, de 1965, que deverão ser adotadas pelo requerente.

(...)

§2º As medidas de caráter compensatório de que trata este artigo consistem na efetiva recuperação ou recomposição de APP e deverão ocorrer na mesma sub-bacia hidrográfica, e prioritariamente:

I - na área de influência do empreendimento, ou

II - nas cabeceiras dos rios.

Por sua vez, o art. 75 do Decreto Estadual 47.749/19, ao regular o instituto da compensação ambiental pela intervenção em APP no Estado de Minas Gerais, estabeleceu, entre outras, as hipóteses preconizadas na Resolução CONAMA 369/06, sendo no presente caso a aplicação dos incisos I e III do referido dispositivo, senão vejamos:

Art. 75. O cumprimento da compensação definida no art. 5º da Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006, por intervenção ambiental em APP, deverá ocorrer em uma das seguintes formas:

I - recuperação de APP na mesma sub-bacia hidrográfica e, prioritariamente, na área de influência do empreendimento ou nas cabeceiras dos rios;

(...)

Por sua vez, o art. 76, I, do referido diploma legal exige os seguintes documentos:

Art. 76 – A proposta de compensação ambiental por intervenção em APP prevista nos incisos I e II do art. 75 deverá ser obrigatoriamente instruída com:

I – Projeto Técnico de Reconstituição da Flora elaborado por profissional habilitado com ART, conforme termo de referência a ser disponibilizado no sítio do IEF;

(...)

Desta forma, tem-se que a proposta da medida compensatória devida em razão da intervenção a ser realizada em APP, está em consonância com o inciso I, do art. 75, bem como com o art. 76, todos do Decreto Estadual nº 47.749/19, por se tratar de **recuperação de APP em área de 0,3086 ha** situada na Sub Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Grande - UPGRH: GD6 (mesma sub bacia da intervenção).

O gestor do processo aprovou e comprovou o projeto de compensação ambiental proposto.

6.2.2 Das Competências Analítica e Autorizativa

Quanto à análise e autorização para a intervenção ambiental requerida, o Decreto Estadual nº 47.892/20, que estabelece o regulamento do Instituto Estadual de Florestas, em seu art. 38, II, e Parágrafo Único, preceituam que a competência referente aos processos de intervenção ambiental de empreendimentos não passíveis de licenciamento ambiental e passíveis de licenciamento ambiental simplificado, é das Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade – URFBio, com decisão do Supervisor Regional, do IEF, conforme dispositivos transcritos a seguir:

Art. 38 – As unidades regionais de Florestas e Biodiversidade – URFBio têm como competência coordenar e executar as atividades relativas à política florestal e de biodiversidade do Estado, à preservação da flora e da fauna silvestre e ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, respeitadas as diretrizes emanadas pelas diretorias do IEF, no âmbito da respectiva área de abrangência, com atribuições de:

(...)

II – coordenar e analisar os requerimentos de autorização para queima controlada e para intervenção ambiental dos empreendimentos não passíveis de licenciamento ambiental e dos passíveis de licenciamento ambiental simplificado, de atividades relacionadas ao cadastro de plantio, à declaração de colheita, ao transporte e ao consumo de florestas de produção;

(...)

Parágrafo único – Compete ao Supervisor regional do IEF, na sua área de abrangência:

I – decidir sobre os requerimentos de autorização para intervenção ambiental vinculados a empreendimentos e atividades não passíveis de licenciamento ambiental ou passíveis de licenciamento ambiental simplificado, ressalvadas as competências do Copam, ou localizados em unidades de conservação de proteção integral instituídas pelo Estado e em RPPN reconhecidas pelo IEF;

(...)

6.3 Das Análises Técnica e Processual Favoráveis

Ex positis, o gestor do processo foi favorável à intervenção e às medidas compensatórias propostas, indicando medidas mitigadoras e compensatórias a serem cumpridas e aprovando os estudos e projetos de intervenção e compensação ambiental apresentados. Ainda, verificou a inexistência de alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.

Face ao acima exposto, verifico que o pedido é juridicamente possível, não encontrando óbice à autorização.

As medidas mitigadoras e compensatórias aprovadas deverão constar na AIA.

Deverá constar na AIA: “A Autorização para Intervenção Ambiental só é válida após obtenção da Licença Ambiental Simplificada - LAS”.

Deverá ser verificada a regularidade do uso dos recursos hídricos junto ao IGAM/URGA, a fim de fazer valer o art. 3º, III, b, da Lei 20.922/13.

Conforme o art. 8º do Decreto Estadual nº 47.749/2019, o prazo de validade do DAIA deverá ser coincidente com o prazo da Licença Ambiental emitida pela SUPRAM SM.

7. CONCLUSÃO

*Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO INTEGRAL** do requerimento de Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP de 0,3086 ha, localizada na propriedade Área 03 – Área de Preservação Permanente.*

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF – apresentado anexo ao processo, em área de 0,3086 ha, tendo como coordenadas de referência 324.739 x1; 7.644.449 y1, 324.624 x2; 7.644.496 y2 e 324.551 x3; 7.644.541 y3 (UTM, Sirgas 2000), na modalidade reflorestamento, nos prazos estabelecidos no quadro de condicionantes.



Figura 10- Locais de implantação do PTRF (Medidas Compensatórias).

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

Não se aplica

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Não se aplica

10. CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Executar a medida compensatória conforme descrito no PTRF	30/12/2023
2	Apresentar Relatório de implantação do PTRF	30/02/2024
3	Reduzir ao máximo a movimentação de máquinas na área de intervenção, visando alterar o mínimo possível a estrutura física do solo;	Na execução da obra
4	Conservar as estradas de acesso à área, e observar possíveis processos iniciais de erosão, para evitar danos ao terreno;	Na execução da obra
5	Realizar o controle de drenagem para evitar possível carregamento de sólidos e a facilitação de processos erosivos;	Na execução da obra
6	Retirar todo o material sobra de obra como madeiras de formas, restos de blocos de concreto, embalagens de cimento, cal, sobras de concreto ou qualquer outro material oriundo da obra;	Na execução da obra

Deverá constar na AIA: “A Autorização para Intervenção Ambiental só é válida após obtenção da Licença Ambiental Simplificada - LAS”.

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (x) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Juvenal Nogueira Marques
MASP: 1020912-0

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Ronaldo Carvalho de Figueiredo
MASP: 9705058-8



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Carvalho de Figueiredo, Coordenador**, em 27/09/2023, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juvenal Nogueira Marques, Gerente**, em 29/09/2023, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **62820320** e o código CRC **64F7363D**.